

XVII Congresso Brasileiro de Sociologia
20 a 23 de Julho de 2015, Porto Alegre (RS)

Entre o autoritarismo e a democracia:
notas sobre o associativismo porto-alegrense (1964 – 2012)

Grupo de Trabalho: GT07 - Economia social e solidária: alternativas de trabalho,
participação e mobilização coletiva

Pompilio Locks

Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
pomlocks@gmail.com

RESUMO

Inseridos nas práticas sociais realizadas sob a égide do conceito de economia solidária, encontramos diferentes tipos organizativos, desde grupos informais, associações, cooperativas, até redes de ação coletiva. Embora tenham origens longínquas na história brasileira, é desde a redemocratização que os estudiosos vêm procurando entender a ampliação do fenômeno associativo e seus diferentes aspectos na nova realidade da nossa sociedade civil. Nesse contexto, trazemos as primeiras conclusões de uma investigação em curso sobre o associativismo na cidade de Porto Alegre, durante os anos de 1964 a 2012, e sua relação com os regimes políticos do período. Nossa base de dados constitui-se das associações formalizadas e categorizadas a partir da tipologia do IBGE. A análise se dá através de estatísticas descritivas e inferenciais, que nos permitem caracterizar o associativismo na cidade, bem como analisar as mudanças e as permanências entre os dois períodos de nossa história política recente.

1. INTRODUÇÃO

A preocupação com o papel das associações nas sociedades contemporâneas vem de longe e nos remete diretamente a obra de Tocqueville, *A Democracia na América*, publicada em 1835, na qual apontava que “não há nada que mereça mais atenção do que as associações intelectuais e morais da América. As associações políticas e industriais dos americanos são mais facilmente perceptíveis para nós; mas as outras nos escapam.” (2000:135). Saltou aos olhos de Tocqueville que o direito de associação, importado da Inglaterra, se enraizou nos hábitos e nos costumes dos norte-americanos de uma maneira diferente, uma vez que “a maioria dos europeus ainda vê nas associações uma arma de guerra [...] uma associação é um exército; nela as pessoas falam para se contar e se animar, depois marcham contra o inimigo.” (1998: 225). Por outro lado, nos Estados Unidos “os cidadãos que constituem a minoria se associam primeiramente para constatar seu número e debilitar assim o império moral da maioria; o segundo objetivo dos associados é reunir-se e, assim, descobrir os argumentos mais propícios a impressionar a maioria.” (1998: 225).

Além de testemunho de um determinado momento da história norte-americana, as reflexões de Tocqueville também se tornaram uma das principais contribuições teóricas para o estudo futuro do associativismo, ao atentarem que áreas como a saúde, a assistência social, o lazer, a educação e a cultura gradualmente se ampliavam e ofereciam oportunidades para que as associações desempenhassem um papel importante

nesses terrenos (Rioux, 2003). A partir desses aspectos, para o historiador Jean-Pierre Rioux (2003:129)

“a associação voluntária é em primeiro lugar um indicador para uma história da mudança social, para o estudo desse vínculo sempre frágil que faz e desfaz uma comunidade. Ela revela primeiro uma relação entre corpos constituídos e corpos intermediários, instituições herdadas e aspirações novas dos cidadãos, ideais coletivos e tensões singulares, e mesmo ‘corporativas’, desse ou daquele grupo de indivíduos reunidos.”.

Após mais de 150 anos da obra pioneira de Tocqueville, as questões que lhe preocupavam sobre a importância, a influência e o papel do associativismo nas sociedades democráticas contemporâneas ainda permanecem centrais na maioria das teorias atuais que lidam sobre o tema, sejam culturalistas (PUTNAM, 1996), pluralistas (DAHL, 1985) ou neoinstitucionalistas, principalmente históricos (SCKOPOL, 2003).

No Brasil não é diferente. As associações ganharam importância nos últimos anos, de modo que “o acúmulo de pesquisas sobre essa temática propiciou a sistematização de alguns balanços mais abrangentes que apresentam as diferentes fases na trajetória (histórica e teórica) das ações coletivas no país.” (LÜCHMANN, 2011, p.45). Trabalhos recentes mostram que a redemocratização alterou o padrão de relacionamento Estado-sociedade¹. Novos personagens surgiram e aproveitaram a abertura de canais de participação política para trazer à tona os problemas pelos quais passavam. Questões importantes como direitos humanos, feminismo, homossexualismo, ambientalismo, bem como demandas por moradia, saúde, educação e reconhecimento de minorias étnicas entraram na agenda social com grande força na última década. Uma das formas de materialização dessas pautas foi por meio do associativismo, que a partir de então se tornou responsável pela sua organização e publicização.

Em um primeiro momento, algumas frentes de pesquisas foram abertas para tentar compreender a complexidade e a heterogeneidade dessas experiências a partir de conceitos como sociedade civil, esfera pública, democracia deliberativa ou participativa, associativismo, ONG’S, redes e terceiro setor. Aos poucos, mais especificamente a partir do início do século XXI, se ampliaram as descobertas sobre as

¹ Entre esses estudos destacam-se: AVRITZER, 1997; SCHERRER-WARREN, 2004; GURZALAVALLE, 2006; KUNRATH, 2007; LUCHMANN, 2012.

contradições e interdependências do tecido social brasileiro e perguntas novas foram surgindo na medida em que as antigas iam sendo respondidas ou perdendo validade.

A partir de diferentes matizes teóricos, desde os (novos) movimentos sociais ou das teorias da sociedade civil, nessas duas décadas de pesquisas muito se avançou na compreensão do campo. Contudo, o enfoque no período democrático recente e as perspectivas teóricas normativas, cuja expressão máxima residia das associações de desenvolvimento de direitos, também gerou inúmeras lacunas a serem preenchidas nas pesquisas futuras.

Tendo em vista as novas formas de ação coletiva e sua condição histórica de desenvolvimento, nos propomos a investigar as associações formalizadas na cidade de Porto Alegre, durante os anos de 1964 a 2012, e sua relação com as instituições políticas do período. Para tanto, utilizamos dados concedidos pelo cartório de registro civil da cidade, responsável pela formalização das associações desde o ano de 1917. Esse banco de dados será analisado por meio de estatística descritiva e inferencial. Convém destacar que as análises e os dados presentes neste trabalho configuram-se em esforços muito iniciais de sistematização, de modo que com o desenvolvimento futuro da pesquisa ainda podem sofrer alterações de conteúdo.

Na primeira parte do trabalho, detalhamos o contexto do estudo, os conceitos que serão utilizados e sua forma de operacionalização. Após, rapidamente exploramos o panorama associativo de Porto Alegre durante o século XX, para então, analisar as mudanças no associativismo durante o regime militar e a redemocratização. .

2. DELIMITAÇÕES CONTEXTUAIS

Porto Alegre é a capital do Rio Grande do Sul, situada na quarta região mais habitada do Brasil. Com uma população estimada em 1.467.816², segundo a Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE), seu PIB per capita é de R\$ 30.525 e o IDH é de .805, considerado muito alto para os padrões nacionais. Por sua vez, a taxa de analfabetismo e de desemprego é considerada baixa. No geral, seus indicadores socioeconômicos apontam que ela é uma cidade com uma qualidade de vida alta dentre as cidades brasileiras.

² <http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?codmun=431490>

No que tange a administração municipal, no ano de 1989 foi implantado o Orçamento Participativo (OP), uma experiência de democracia participativa iniciada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e que se mantém até os dias de hoje, fato que a tornou mundialmente conhecida. A ONU destacou que o OP é uma das 40 melhores práticas de gestão democrática mundial e o Banco Mundial enfatizou a importância desse mecanismo para a governança em seus informes, sendo disseminado internacionalmente ³. Além disso, a cidade iniciou e foi sede durante três anos consecutivos do Fórum Social Mundial, evento organizado por movimentos sociais como contraponto ao Fórum Econômico Mundial, fatos esses que justificam uma análise mais detida no tecido associativo porto-alegrense.

Para analisar esse âmbito institucional ao longo do período estudado, utilizamos o conceito de regimes políticos, que são o conjunto de relações entre o Estado, os principais atores políticos e os cidadãos. Nesse sentido, as instituições são compostas de uma diversidade de atores ou grupos que se relacionam entre si de maneira sistemática, sendo que um regime político pode ser descrito a partir “das relações prevalentes entre os atores políticos, incluindo os governos.” (Tilly, 2007, p.19). Por conta disso, cada regime possui características próprias de funcionamento e de relação entre os demais atores sociais, que também são definidos de acordo com o tempo e o espaço no qual estão inseridos. Tarrow (2011, p.161), apresenta uma definição mais precisa e que sinaliza também para as mudanças nos regimes:

“regimes consistem em interações regulares entre governos, atores políticos estabelecidos, desafiadores, e *outsiders*, incluindo outros governos. Uma mudança de regime insere novos atores nessas relações, reduz o poder dos membros do regime ou impõe novas relações entre eles.”.

Charles Tilly (2007) aponta que a maioria dos estudos divide os regimes em dois tipos: democráticos e autoritários. Essa divisão ocorre de acordo com o grau de democracia, que seria “a extensão em que as pessoas sujeitas à autoridade de um governo têm acesso a amplos e iguais direitos para influenciar as questões governamentais e receber proteção de ações arbitrárias do próprio governo” (Tilly, 2006: 21). No mesmo sentido, “um regime é democrático ao ponto que as relações políticas entre o Estado, e seus cidadãos se dão de forma universal, igualitária,

³ Essas informações estão disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php>

consultiva e protetiva.” (Tilly, 2007: 14)⁴. Mais especificamente, o próprio Tilly utiliza a clássica definição instrumental de Dahl (1985) das oito condições institucionais que devem ser respeitadas: (1) liberdade de associação; (2) de expressão; (3) direito ao voto; (4) a ser elegível a cargo público; (5) a fontes alternativas de informação; (6) a eleições livres e justas; (7) competição entre lideranças; (8) instituições que tornem as políticas governamentais dependente do voto e outras manifestações de preferências. De acordo com esse arcabouço teórico e de maneira sucinta, para facilitar a compreensão da parte analítica deste trabalho, podemos definir os regimes políticos estudados da seguinte forma⁵:

- Ditadura Militar (1964 – 1985): período autoritário, inserido no contexto de acirramento das disputas da Guerra Fria, em que um grupo de militares realiza um golpe de estado se alinhando aos Estados Unidos. A partir de então ocorre a nomeação de interventores para governar os estados e municípios, a censura, a estruturação de um sistema bipartidário e a cassação das principais lideranças da oposição quando necessário.

- Nova República (1985 – 2012): período democrático, fruto da deslegitimação do governo militar, inicia com a eleição indireta do primeiro presidente civil em 1985 e se consolida com a promulgação da Constituição de 1988. Ocorre a volta das eleições federais, estaduais e municipais, em um sistema multipartidário com competição e partidos com projetos diferentes entre si.

3. DELIMITAÇÕES CONCEITUAIS

O conceito de associação é bastante conhecido e utilizado, tanto no senso comum, quanto pela academia. Representa uma infinidade de práticas que vão desde a união de pessoas por laços familiares e de amizade, até ONG’S e partidos políticos. Na academia as definições do conceito também variam muito de autor para autor, corrente para corrente. Segundo Mark Warren (2001), uma definição mais consensual é realizada a partir da amplitude das relações que são estabelecidas nas associações. Os grupos menores e com objetivos mais restritos, como a família, são as associações primárias. As associações intermediárias, ou secundárias, são compostas de grupos cívicos,

⁴ Tradução nossa.

⁵ Para referências ver: Fausto (2002) e Carvalho (2008).

esportivos, religiosos e culturais. Por sua vez, as associações terciárias são grupos de interesse político e econômico, mais abrangentes e hierárquicos.

Apesar dessa divisão, Mark Warren (2001) sustenta que o conceito de associação é utilizado de maneira indefinida e genérica pelas teorias atuais, que tentam codificar um conjunto de práticas muito amplas e heterogêneas. A partir do balanço do conhecimento que foi produzido sobre o tema até então, Mark Warren elaborou uma síntese mais qualitativa das diferenças entre as associações por meio da distinção de três variáveis⁶. Em primeiro lugar temos o caráter voluntário/compulsório, que distingue as associações em termos da liberdade (alta/média/baixa) que um indivíduo possui de sair da associação. Em segundo lugar temos os meios em que a associação está imersa, se no meio social, econômico ou político. Em último lugar, os objetivos, ou bens, que são perseguidos e que podem ser divididos em seis: 1) bens materiais individuais; 2) bens materiais públicos; 3) bens de identidade interpessoais; 4) bens de status; 5) bens de identidade exclusiva; 6) bens sociais inclusivos. Segundo esse raciocínio, um sindicato, por exemplo, seria uma associação com facilidade média de saída dos associados, inserida na esfera econômica e que persegue bens materiais individuais para os pertencentes a uma determinada categoria profissional. Cabe ressaltar que Mark Warren (2001) inclui desde famílias até grupos de criminosos em sua proposta.

Se, em um plano teórico conceitual, Warren nos oferece um dos balanços mais complexos sobre as associações, o Código Civil brasileiro, no artigo nº53, define muito rapidamente que “constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”. Com isso, no plano jurídico nacional o conceito de associação ainda abriga uma gama de organizações com tamanhos, recursos e naturezas diversas sem distinção entre si. São pessoas de direito privado registradas em cartório, reunidas sem objetivo de lucro e que se diferenciam de outros formatos organizativos como os partidos⁷, as empresas privadas⁸ e as fundações⁹. Ao mesmo tempo, para autores como MacAdam, MacCarthy e Zald (1999) esse conjunto de organizações

⁶ Qualitativa porque Mark Warren está pensando especificamente nos efeitos que essas três variáveis geram para a democracia.

⁷ Embora também definidos como pessoas jurídicas de direito privado, os partidos políticos são regidos por lei própria, [nº 9.096, de 1995](#) e devem ser criados no cartório competente da capital federal.

⁸ Diferentemente das associações as empresas privadas prestam atividades econômicas visando o lucro.

⁹ Enquanto as associações devem ser criadas coletivamente, as fundações possuem legislação específica no código civil brasileiro, capítulo III, e devem ser criadas por um instituidor que deve doar bens para a constituição da mesma e cuja supervisão fica a cargo do Ministério Público Estadual referente.

sociais são a base para o surgimento de movimentos sociais, contudo nem toda organização social tem vínculos com movimentos sociais, que são mais amplos em suas reivindicações, necessitam da articulação de redes informais e uma ampla movimentação de lideranças e ativistas.

Por outro lado, e diante da “progressiva complexidade organizacional que acompanha o desenvolvimento da sociedade contemporânea” (Jerez e Revilla, 1997: 11), alguns estudos empíricos atuais se desenvolvem a partir do conceito anglo-saxão *Terceiro Setor*, para delimitar a área nebulosa existente entre o Estado e o Mercado. Sobre esse, Jerez e Revilla (1998) apontam que tanto existe uma compreensão restrita do conceito, como associativismo civil formalmente registrado, quanto uma acepção ampla que nos direciona a cinco grandes grupos organizacionais: 1) formas tradicionais de ajuda mútua; 2) movimentos sociais; 3) associativismo civil; 4) organizações não-governamentais; 5) fundações e centros de investigações. Para os autores, sobretudo, faz-se mister observar a lógica política e movimentalista nesse setor, dado seu potencial de participação, de articulação de identidades e de pressão e controle sobre os governos.

Nesse mesmo sentido, outra importante tentativa empírica de operacionalizar e entender o chamado “setor não lucrativo” foi feita por Salamon (2001) da Universidade John Hopkins, em um trabalho que envolveu em 22 países, entre eles o Brasil. Para tanto, destacaram cinco características principais dos agentes situados nesse setor: 1) são organizações institucionalizadas; 2) são privadas, ou seja, separadas do estado; 3) são não-lucrativas; 4) são autônomas em seus aspectos internos; 5) possuem participação voluntária¹⁰. A partir dessa conceituação básica chegaram a 12 tipos de organizações, que podem ser sintetizadas da seguinte maneira:

1. **Culturais:** composta por um lado dos meios de comunicação, grupos artísticos, sociedades históricas, literárias, museus e por outro por organizações esportivas e recreativas.

¹⁰ Ao mesmo tempo, o tema da “não lucratividade” remete ao conceito anglo-saxão *Non Profit Sector*, que é problemático porque exclui uma infinidade de associações produtoras de serviços e bens, por exemplo, ao mesmo tempo em que “não impede que possam existir interesses imediatos e espúrios nessas iniciativas” (Jerez e Revilla, 1997: 12).

2. **Educacionais e de investigação:** composta por instituições educacionais nos diferentes níveis de ensino, bem como por organizações de investigação nas diversas áreas sociais, como as médicas, tecnológicas e humanísticas.
3. **De saúde:** composta por hospitais, grupos de reabilitação, atenção especializada, prevenção e educação nas áreas relacionadas à saúde.
4. **Prestadoras de serviços Sociais:** grupos de proteção da infância, a juventude, a família, deficientes físicos, terceira idade, refugiados, entre outros.
5. **De meio ambiente:** grupos cujos objetivos se referem a proteção e ao manutenção dos recursos naturais, a proteção e assistências aos animais e a fauna.
6. **De desenvolvimento:** organizações destinadas ao desenvolvimento econômico, social e comunitário, como associações de bairro, habitacionais, formação, assessoramento e reinserção profissional.
7. **De direito civis e assessoramento legal:** associações que protegem e fomentam os direitos civis de grupos vulneráveis e minoritários, organizações políticas como partidos e grupos de manifestação políticos.
8. **Atividades filantrópicas:** fundações empresariais e comunitárias voltadas ao voluntariado, dedicadas a captação de fundos. Ajuda internacional: programas de intercambio, de desenvolvimento de direitos humanos e ajuda em nível internacional.
9. **Religiosas:** igrejas, associações de congregações que apóiam ou fomentam serviços religiosos.
10. **Empresariais, profissionais e sindicatos:** dedicadas ao fomento e ao controle de setores empresariais ou profissionais específicos, bem como por sindicatos que defendem os interesses dos trabalhadores.
11. **Outros:** vários¹¹.

Esta classificação foi incorporada pela ONU como modelo para comparação internacional e feita uma adequação no Brasil pelo IBGE (2004; 2008; 2012), dada a semelhança com a definição de associações presente na constituição brasileira¹². A publicação dos dados e dos informes de pesquisa feita pelo IBGE se incorporou ao

¹¹ Os autores não detalham o significado de “vários”.

¹² No entanto a conceituação da John Hopkins apresenta algumas características a mais, como o tema da autonomia e da participação voluntária

debate nacional, de modo que também surgiram algumas tentativas empíricas de classificação nessa direção (Scherer-Warren, 2004; Silva, 2007; Lüchmann, 2012).

Mesmo levando em consideração os problemas oriundos de uma tipologia sobre as associações, que podem “recair em reduções e simplificações.” (LÜCHMANN, 2012: 6), nesse trabalho utilizaremos como base a tipologia do IBGE, que nos oferece um bom nível de detalhamento no que consistem de fato as classificações, conforme ANEXO 1, por conta de sua relativa aceitação no Brasil e também porque nos permite comparar os dados com aqueles produzidos pelo governo. Além disso, essa metodologia manteve como critério de definição do setor não-lucrativo as cinco características que os pesquisadores da John Hopkins já haviam definido, mas retirou alguns formatos organizacionais peculiares do caso brasileiro¹³.

Para trabalhar com essa classificação, exploramos um banco de dados até agora inédito sobre o associativismo, disponibilizado pelo cartório de registro civil da cidade Porto Alegre, com informações sobre a data de criação (dia/mês/ano) e o nome de todas as associações registradas e formalizadas na cidade desde 1917 até 2013¹⁴, totalizando aproximadamente 10.500 mil associações¹⁵. Em um primeiro momento abordamos algumas características do banco para depois focar nos períodos da ditadura militar (1964-1985) e da redemocratização (1985-2012). Além das informações que a própria base nos forneceu, realizamos um levantamento de algumas atas no cartório para que as associações fossem organizadas e diferenciadas a partir da tipologia desenvolvida pelo IBGE (2012)¹⁶. As associações que não conseguimos categorizar foram retiradas da análise e definidas como outras, para observações futuras.

É digno de nota que fontes e dados sobre as associações são escassos e não são facilmente encontradas pelos pesquisadores no Brasil, que se desdobram para estudar o tema a partir de surveys populacionais em que se isola os indivíduos com participação associativa (Avritzer, 2004), técnicas de inserção etnográfica (Locks e Gugliano; 2013) ou estudos em arquivos históricos (Fonseca, 2008) e cartoriais (Scherer-Warren, 2004;

¹³ Entre eles os caixas escolares, condomínios, os partidos políticos, os sindicatos, conselhos, etc.. Ver: notas técnicas IBGE, 2010.

¹⁴ Muito embora aqui vamos trabalhar também com as associações anteriores a 1917 porque nesse ano foi criado o cartório e as associações que já existiam tiveram que se formalizar na instituição.

¹⁵ Este é um número aproximado, pois, dado o tamanho da amostra, o banco ainda está sendo tratado.

¹⁶ Trabalho que durou um pouco mais de um mês. Podemos citar o exemplo das associações beneficentes e assistenciais, que consideramos ligadas ao assistencialismo e que compõem 8% da amostra.

Luchmann, 2012). Dentre essas possibilidades, entendemos que a base de dados disponibilizada pelo Cartório de Títulos e Documentos de Porto Alegre, criado no ano de 1917, e que desde então é o responsável pela formalização das associações criadas em Porto Alegre¹⁷, nos permite uma perspectiva profícua de investigação.

Na utilização dos dados, partimos do pressuposto de que a criação de uma associação e sua subsequente formalização nos fornece um indicador importante das formas de organização social na cidade. A criação de um determinado tipo de associação, portanto, é precedida da ação de indivíduos que se relacionam em busca de objetivos em comum e que acreditam em sua ação coletiva como uma possibilidade prática. O conjunto desses indivíduos formando associações, por sua vez, nos mostra os padrões de organização presentes em determinados períodos da história de Porto Alegre e permite averiguar, por meio de estatística descritiva em séries históricas, as mudanças e das permanências nessas trajetórias.

Essa base de dados oferece uma compreensão ampla, tendo em vista o número de casos, do desenvolvimento do associativismo na história contemporânea da cidade, mas que possui suas limitações porque não permite um aprofundamento mais qualitativo das características e peculiaridades do objeto. Pensamos que antes de se apresentar como um dilema, esse ponto é solucionado pela nossa própria base de dados que nos direciona à escolha de uma abordagem mais quantitativa, de longo prazo, em detrimento de um olhar mais específico e particularizado.

Ao mesmo tempo, deve ficar claro que, como bem aponta o IBGE (2012), as características dos cadastros feitos em nível nacional, não nos permitem analisar a “vida útil” dessas associações, uma vez que as organizações não costumam dar baixa nos sistemas cartoriais após o encerramento de suas atividades, prática que vem mudando desde o novo código civil. No mesmo sentido, também temos “dificuldade de apreender de forma abrangente a finalidade das instituições, no caso daquelas que atuam em mais de uma atividade” (IBGE, 2010: 12), dificultando a apreensão do que Lúcia Luchmann (2012) chama de associações “multifocais”.

¹⁷ Cabe destacar que também foram criados o 2º Registro e o 3º Registro com o intuito de descentralizar os processos, de modo que nossos dados também englobam esses cartórios, que são mais recentes, datando desde 2005.

Ainda sobre os problemas dos dados existentes sobre as associações no Brasil, também temos de ter o cuidado para evitar o anacronismo, uma vez que uma classificação feita na atualidade possa encontrar problemas de encaixe nas práticas do passado. Acreditamos que esse problema só pode ser resolvido mediante uma cuidadosa reconstituição do objeto em seu contexto de surgimento, a partir da bibliografia especializada. Uma última ressalva diz respeito ao fato de tratamos aqui somente de associações formalizadas, que arcam com os custos temporais, organizacionais e financeiros de se tornarem legais, deixando de fora os movimentos e grupos informais que também se formam em grande quantidade na sociedade brasileira.

Tendo em vistas essas ressalvas, que são inerentes à natureza dos dados e do recorte pretendido aqui, trazemos uma síntese das informações que dispomos sobre as associações em Porto Alegre, a partir de uma adaptação da tipologia original elaborada pelo IBGE. Para facilitar a visualização das categorias ao longo do trabalho, adaptamos a classificação original oferecida pelo IBGE para 6 categorias. Em primeiro lugar, agregamos as *associações habitacionais e de meio ambiente* à categoria *defesa de direitos*, porque sozinhas elas são estatisticamente pouco significativas, representando 3% da amostra, e também porque pensamos que a defesa do meio ambiente e do direito de moradia podem ser entendidas como busca e desenvolvimento de direitos. Pelos mesmos motivos, agregamos também as *associações de saúde* à categoria geral de *assistência social*. As associações não categorizadas foram definidas como *outros* e retiradas do banco de dados para que se realizem análises específicas em estudos futuros.

4. O CONTEXTO ASSOCIATIVO DE PORTO ALEGRE.

De acordo com as conceituações estabelecidas anteriormente, podemos agora começar a analisar os dados de registros de associações. Em primeiro lugar, é importante destacar que no período que vai de 1930 a 2012, foram registradas cerca de 10.500 associações no cartório da cidade. Desse total, somente 4% correspondem ao período da Era Vargas¹⁸, 12% surgiram na 3ª República¹⁹ e 22% na Ditadura Militar. As

¹⁸ A Era Vargas (1930 - 1945) foi um período autoritário que começa com a revolução de 1930 e a tomada de poder por parte de uma coalização *outsider* ao anterior sistema político. Durante quase 15 anos, Getúlio Vargas é quem governa o país, nomeando interventores para governar nos estados e nas prefeituras e instituindo uma política nacionalista e repressiva à sociedade.

associações restantes, 62%, foram criadas na Nova República, o que indica o peso que esse período de fato possui no desenvolvimento do associativismo brasileiro, conforme algumas pesquisas já vinham apontando (Avritzer, 1997; Silva, 2007).

Ao mesmo tempo, analisando os números totais do banco de dados, podemos afirmar que existem dois níveis de importância organizacional na cidade de Porto Alegre. Um primeiro nível é composto por 26% de associações culturais, 22% econômicas e 20% de desenvolvimento de direitos. Juntos, esses três formatos associativos correspondem a 68% das associações que foram criadas durante o período de estudo. O restante são associações assistenciais, 12%, e educacionais e religiosas, ambas representando 10% da amostra. Embora já se saiba da força do associativismo cultural no cenário nacional, poucos estudos realizaram comparações entre os distintos formatos e suas mudanças, indicando uma agenda de pesquisa bastante frutífera que tentamos brevemente preencher aqui. Sobretudo, esses percentuais nos mostram um contexto estático, de modo que é importante visualizar as mudanças que ocorreram ao longo desse período no panorama associativo de Porto Alegre.

Inicialmente, destacamos o desenvolvimento das associações culturais, que até a ditadura militar eram as mais criadas no cenário municipal, com 38% na Era Vargas, 44% na 3ª República. O predomínio das associações culturais por boa parte do século XX, expressas principalmente em *Clubes Esportivos* ou *Sociedades Recreativas*, pode ser creditado a dois fatores. O primeiro se relaciona a uma forte presença do associativismo esportivo ligado a questões étnicas, fruto do alto número de imigrantes no Rio Grande do Sul, como comprovam, por exemplo, as ainda existentes associações de italianos *Gondoleiros* (1915) e *Club Italiano Abruzzi* (1909), o *British Club* (1923), as de alemães *Sogipa* (1867) e *Sociedade Germânia* (1855), e as africanas de ex-escravos *Satélite-Prontidão* (1902) e a *Floresta Aurora* (1872). Até a década de 1920, as taxas de imigração no Estado eram maiores que as taxas nacionais, pois segundo Jardim (2002) enquanto em 1900 o percentual de estrangeiros no Brasil estava cerca de 6%, no Rio Grande do Sul essa taxa dobrava para 12%. Em 1920, o Brasil mantém uma taxa de 5%, enquanto o Rio Grande do Sul apresenta uma taxa de 7% de estrangeiros, situação que

¹⁹ A 3ª República (1945 – 1964) é o período democrático pós-Era Vargas, em que voltam as eleições para os executivos e legislativos federais, estaduais e municipais. Constituiu-se um sistema multipartidário, com partidos competitivos e com diferenças importantes entre si.

irá se reverter somente em 1940 quando o estado apresenta uma taxa semelhante à nacional, 3% de população imigrante²⁰. Ao mesmo tempo, como esses imigrantes vinham de sociedades em que a prática associativa se encontrava mais enraizada, procuraram replicar as experiências de seu contexto anterior e ajudaram também a criar um tecido associativo no país de destino²¹.

O outro motivo que acreditamos explicar o grande número de associações culturais na cidade pode ser encontrado na tese de doutorado sobre elites políticas no Rio Grande do Sul, de Sandra Amaral (2006, p.99), quando afirma que:

“com relação à participação dos integrantes da elite política em entidades, tivemos a proeminência, em todas as três elites políticas, de uma maior participação em entidades com atividades de cunho cultural. Constatamos que a vinculação com as atividades culturais foi de grande preocupação das elites políticas rio-grandenses que atuaram de 1930 até 1947.”.

Mesmo que as elites políticas da cidade na época não tivessem criado as associações culturais presentes em nossa base, a sua simples inserção e atuação nessas entidades serve como um sinal da importância desse tipo de espaço na sociedade da época. Dessa forma, a visibilidade dessas organizações provavelmente incitava os demais indivíduos a criarem esse tipo de associações.

Algo parecido parece ocorrer com as associações assistenciais, que eram protagonistas durante a Era Vargas, representando 17% do total, mas que decrescem para 11% na 3ª República. Nos anos iniciais do século XX “a assistência social estava quase que exclusivamente nas mãos de associações particulares.” (CARVALHO, 2008, p.61), especialmente irmandades religiosas e sociedades de socorro mútuo. Entendemos que a queda no número dessas associações se dá pela própria atuação do governo no intuito de garantir direitos sociais para a população pela primeira vez na história nacional. Ao longo da Era Vargas foram criados inúmeros Institutos de Aposentadoria e Pensão, que concediam benefícios aos trabalhadores sindicalizados, como aposentadoria por invalidez, pensão para dependente, em alguns casos auxílio médico-hospitalar,

²⁰ Isso porque o Rio Grande do Sul e Porto Alegre foi uma zona de fronteira com colonização tardia em relação aos demais estados do Brasil. Os primeiros colonos portugueses começaram a chegar somente na metade do século XVIII, e aí reside uma necessidade maior no povoamento durante o século XIX e XX.

²¹ Aproximadamente 13% das associações presentes em nosso banco de dados têm seu nome diretamente ligado a nacionalidades de imigrantes, número que provavelmente deve se ampliar com uma consulta mais detalhada às atas do período.

auxílio doença, entre outros. Excluindo dessa legislação os autônomos, os trabalhadores domésticos e rurais, que foram beneficiados somente durante a Ditadura Militar, “em cinco anos a previdência social foi estendida a quase todos os trabalhadores urbanos.” (CARVALHO, 2008, p.114). Ou seja, o regime autoritário ampliou sua capacidade de atuação adentrou em uma área que antes estava restrita a associações e empresas privadas, diminuindo a necessidade das mesmas.

O contrário acontece com as associações de desenvolvimento de direitos, que até a metade do século XX eram residuais. Com a abertura política operada pela 3ª República, crescem para 9% e se ampliam durante a Ditadura Militar, 13%. Com o advento da redemocratização e da Nova República, se tornam o principal formato organizativo, correspondendo a 25% das associações do período. Esse campo começa a se ampliar principalmente a partir das associações de estudantes, como a Federação Rio-grandense das Uniões Estudantis (1954), a União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (1949), a União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre (1956) que “esteve a frente de diversos movimentos que marcaram a história do Rio Grande do Sul e do Brasil, tais como a "Legalidade" e a Luta contra a Ditadura Militar.”²².

Outro exemplo da ampliação desse campo é a União dos Homens de Cor (1946), fruto de um renascimento do movimento negro a partir do final do Estado Novo e que “tinha como um dos seus objetivos, expressos no artigo 1º do estatuto, no capítulo das finalidades: ‘elevar o nível econômico, e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades’ (SILVA, 2003, p.225). Ainda segundo Silva (2003) havia uma densa rede de organizações e movimentos negros no Brasil, de modo que “Porto Alegre registrava, nesse mesmo período, o Centro Literário de Estudos Afro-Brasileiros e os clubes Satélite Prontidão e – desde o século anterior – o Clube Floresta Aurora.” (Silva, 2003: 222).

Contudo, a grande novidade são as sociedades de moradores e amigos de bairros da 3ª República, que irão se expandir durante a ditadura militar e atingir seu ápice na Nova República. Sobretudo, “datam desse período (expansão do capital), igualmente, as organizações de sociedades de amigos dos bairros e de moradores, cujo objetivo era

²² <http://www.umespa.org.br/scripts/institucional.php>

lutar pela instalação de bens e serviços por parte do Estado.” (Brum, 2014: 36), entre as quais “em 1951 criou-se a Associação dos Moradores da Vila do IAPI (AMОВI), com objetivo de organizar suas reivindicações e complementar as alternativas de lazer.” (Silva, Melo e Leal; 2009: 138). Outra associação de destaque no âmbito municipal é a Federação Rio-grandense de Associações Comunitárias e Moradores de Bairro (FRACAB) que,

“foi (e segue sendo) um dos braços do Movimento Comunitário, coexistindo com grandes manifestações de rua que marcaram a vida política de Porto Alegre nos anos 1950 e 1960, até o não de 1964, quando os horizontes políticos do país foram fortemente estreitados. Nessa nova conjuntura, os diversos membros da FRACAB e das demais associações de moradores, concentraram, em sua atuação, as diversas bandeiras de lutas comunitárias.”²³.

De maneira concomitante, as associações empresariais e profissionais também se desenvolvem nesse período, no entanto, crescem de maneira mais significativa durante a Ditadura Militar. De 12% na era Vargas, 13% na 3ª República, passam a representar 24% do banco de dados na Ditadura Militar, se mantendo no mesmo padrão durante a Nova República, com 23%. A contradição posta pelo crescimento das associações econômicas em um ambiente autoritário se relaciona ao próprio desenvolvimento do capitalismo no país e também do fato que o regime militar não visou enfraquecer os sindicatos, mas sim controlar suas ações e lideranças. Ao mesmo tempo,

“surgiram sindicatos de trabalhadores de ‘colarinho branco’, abrangendo não apenas as áreas tradicionais de bancários e professores, mas também de médicos, sanitaristas e outras categorias. A organização sindical dessas categorias correspondeu a uma mudança no caráter das profissões, em que o profissional autônomo crescentemente deu lugar ao assalariado com diploma.” (Fausto, 2002: 276).

Por último, as associações educacionais apresentam crescimento mais moderado, de 6% na Era Vargas, para 9% na 3ª República, 10% na Ditadura Militar e 9% na Nova República. Em sua maioria são centros educacionais ou institutos de pesquisa, associações e agremiações de professores, associações de ex-alunos de determinadas instituições. Seu incremento a partir da 3ª República pode estar relacionado com o investimento e a maior preocupação na área de educação, indicado pelo incremento nas taxas de alfabetização e matrícula do período (PINTO *et all*, 2000), embora sejam

²³ <http://fracabnoticias.blogspot.com.es/p/historico.html>

relações que necessitem de maiores aprofundamentos. Já as associações religiosas, ademais de representarem 21% do banco durante a Era Vargas, por conta do movimento espírita (SCHERER E WEBER, 2012), se mantêm próximas dos 10% nos demais períodos.

5. DEMOCRACIA E DITADURA: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

A partir desse panorama mais geral, nos detemos agora no período que vai de 1964 a 2012, que compreende a ditadura militar e a redemocratização, buscando apontar os efeitos da abertura política no tecido associativo da cidade. Como demonstramos anteriormente, o peso da redemocratização foi enorme no desenvolvimento do associativismo na cidade, já que 62%, aproximadamente sete mil, foram criadas na Nova República. Contudo, nos falta detalhar com um pouco mais de profundidade os significados dessa mudança.

Para tanto, utilizamos o teste do chi-quadrado, com medida de associação e prova de significação (MERINO; DIAZ, 2005), através do programa SPSS. Como variável independente nominal definimos o tipo de regime, Ditadura Militar ou Nova República, e a variável dependente são as categorias de associações criadas. Tal teste estatístico examina a diferença existente entre os valores observados/existentes em nossa amostra e os valores esperados/ideais caso não houvesse nenhuma relação entre as duas variáveis, informando se há uma relação estatisticamente significativa e em quais categorias ela ocorre. Os resultados podem ser vistos na tabela a seguir:

Tabela 1. Resíduos Padronizados de Regime Político e Associativismo²⁴

			Regime Político		Total
			Autoritarismo	Democracia	
Associações	Assistência social	N	276	771	1047
		% por Regime	11,4%	11,4%	11,4%
		Resíduos	,0	,0	-----
	Cultura e recreação	N	716	1439	2155
		% por Regime	29,6%	21,3%	23,5%
		Resíduos	8,3	-8,3	-----
	Desenvolvimento e defesa de direitos	N	325	1722	2047
		% por Regime	13,5%	25,5%	22,3%
		Resíduos	-12,2	12,2	----
	Educação e pesquisa	N	252	619	871
		% por Regime	10,4%	9,2%	9,5%
		Resíduos	1,8	-1,8	-----
Profissionais e econômicas	N	580	1594	2174	
	% por Regime	24,0%	23,6%	23,7%	
	Resíduos	,4	-,4	-----	
Religião	N	267	618	885	
	% por Regime	11,1%	9,1%	9,6%	
	Resíduos	2,7	-2,7	----	
Total	N	2416	6763	9179	
	% por Regime	100,0%	100,0%	100,0%	
Sig: ,000 / Cramer`s V: ,139					

Os valores de chi-quadrado nos dizem que a relação entre as duas variáveis é estatisticamente significativa (Sig ,000), portanto existe associação entre o tipo de regime a criação de associações. Contudo, o coeficiente de Cramer`s V, que vai de 0 a 1, nos informa que a associação é relativamente fraca, de ,139, mesmo que testes com dados categóricos dificilmente produzem associações fortes (MILLER *et all*, 2002). Segundo esses testes, temos que os regimes políticos, portanto, tem um poder explicativo limitado sobre o desenvolvimento do associativismo em Porto Alegre, sendo importante também investigar os efeitos de outras variáveis, sejam econômicas, culturais ou até políticas.

²⁴ “As tabelas de contingência são uma técnica de análises de dados que tem como função resumir a relação entre variáveis nominais – também chamadas de qualitativas” (CARRIÓN, 1992, p.1).

Se essas informações abordam a existência e a força da relação entre as variáveis selecionadas, são os resíduos padronizados que indicam as categorias nas quais essa relação ocorre. Temos um caso estatisticamente significativo, portanto, quando os resíduos forem maiores de 2, ou de -2, significando que existe associação direta ou inversa entre as variáveis (CARRIÓN, 1992; CERVI, 2014). Nesse sentido, podemos ver na Tabela 1 que as relações significativas se estabelecem principalmente nas associações de defesa de direitos e nas culturais. Enquanto as associações de direitos crescem significativamente na Nova República, as associações culturais apresentam o padrão inverso, decrescendo nesse período. Por sua vez, as associações religiosas apresentam um padrão semelhante às associações culturais, só que em menor medida. As demais não sofrem influência da mudança de regime.

Os estudos sobre as associações de desenvolvimento de direitos possuem uma importante trajetória na sociologia nacional, que aponta seu surgimento durante o processo de redemocratização e que irá culminar com a Nova República (SADER, 1988; AVRITZER, 1997; SCHERER-WARREN, 1998)²⁵. Contudo, nossos dados mostram que esse processo, em suas origens, também está atrelado a democratização da 3ª República, com os movimentos estudantis, de moradores e amigos de bairros. Já com a redemocratização ocorrida na Nova República, por outro lado, esse tipo de associativismo se torna o primeiro em número total de criação no município, principalmente devido ao *boom* de associações de moradores, mas com o surgimento de associações comunitárias, conselhos populares, grupos ambientalistas, feministas, étnicos, ligados à juventude, à cidadania e ao consumo, entre outros formatos que eram escassos ou não existiam em períodos anteriores.

No mesmo sentido, as associações culturais, que foram predominantes durante todo o século XX, são gradualmente substituídas, ou melhor, passam a rivalizar com esses novos repertórios associativos. Contudo, permanecem ainda como as terceiras em nível de criação, atrás somente das associações de direitos e das econômicas. Nesse período, portanto, nossos dados apontam para uma transformação nas formas pelas

²⁵ A importância desses estudos para a compreensão do panorama das lutas e dos movimentos sociais no Brasil durante a redemocratização é inegável. No entanto, devido ao atual estágio de nossa pesquisa não abordamos essa extensa literatura para apresentar os dados que possuímos e algumas problematizações iniciais a partir deles.

quais os indivíduos se organizam na cidade, cujo peso da abertura política operada na década de 1980 é de grande relevância.

Junto das associações culturais, mas em menor medida, os resíduos padronizados mostram também que as associações religiosas sofrem uma queda em relação ao período da Ditadura Militar. Dessa forma, são as associações culturais, de direitos e religiosas, nas quais o efeito da redemocratização incide de maneira mais importante, alterando os padrões anteriores. Enquanto a formação de associações educacionais, assistenciais e econômicas, respondem a outras lógicas que devem ser aprofundadas em estudos futuros.

6. APONTAMENTOS FINAIS

Nesse trabalho, buscamos apresentar um primeiro panorama do tecido associativo em Porto Alegre durante a Ditadura Militar e a Nova República a partir do banco de dados disponibilizado pelo cartório municipal. Também buscamos demonstrar os padrões anteriores que existiam na cidade, uma vez que a amplitude do banco de dados nos permite essa revisão. Agregamos as associações em distintas categorias, de acordo com as publicações internacionais e as práticas que vinham sendo realizada no Brasil, adaptando-as quando necessário. De forma simultânea, exploramos algumas das possíveis relações entre os tipos de associações e os regimes políticos, a partir de um enfoque essencialmente quantitativo, que deverá ser cotejado com pesquisas qualitativas já desenvolvidas na academia nacional.

Dessa forma, nossa embrionária análise dos dados aponta que Porto Alegre tem um repertório associativo bastante complexo, com algumas associações ainda em funcionamento com mais de 150 anos, mas também com uma taxa de criação de associações bastante dinâmica. Durante o século XX predominaram as associações de tipo culturais, como clubes e sociedades recreativas, por conta da influência da imigração de diferenças étnicas com costumes associativos e pela inserção das elites políticas locais nesses espaços. Junto das culturais, as econômicas e as de desenvolvimento de direitos configuram-se, assim, em um primeiro nível organizativo presente na sociedade. Logo abaixo, representando 32% do total de associações, temos as assistências, educacionais e religiosas. Sobremaneira, verificamos a existência de um

quadro multifacetado da sociedade civil porto-alegrense que merece maior aprofundamento em suas peculiaridades.

A prática associativa gradualmente se disseminou na cidade, mas é no período da redemocratização, com a Nova República, em que acontece o *boom* associativo, representando mais de 60% do total de associações desde 1930, dados que corroboram a exaltação dos intelectuais brasileiros pelo período e pelas associações reivindicativas que nele surgiam. Ademais, gradualmente os formatos organizativos vão se alterando, seja pelas influências políticas, abertura e fechamento de regimes, pelos fatores econômicos, desenvolvimento do capitalismo, ou fatores culturais, como o aprendizado e a inovação de novas formas de ação coletiva (Tilly, 2006).

Entre as mudanças mais significativas que pudemos verificar até o momento, destacamos o decréscimo das associações culturais e o incremento nas de desenvolvimento de direitos durante a Nova República. A abertura política de um regime, por esse viés, fomenta um incremento na criação de associações, modificando padrões anteriores. No caso analisado, são as demandas reprimidas pelo regime militar que ganham forma e organização no período democrático através da formação de associações pelos indivíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MILLER, R. L., ACTON, C., FULLERTON, D. A., and MALTBY, J. SPSS for social scientists. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

AMARAL, Sandra. 2006. O teatro do poder: as elites políticas no Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo. Tese de doutorado. Porto Alegre, PUC-RS.

AVRITZER, L. 1997. Um desenho institucional para o novo associativismo. Lua Nova, São Paulo, v. 39, n. 97.

AVRITZER, L (org.). 2004. A participação em São Paulo. São Paulo, Editora UNESP.

AVRITZER, L. 2012. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. Opinião Pública, Campinas, v. 18, p. 383–398.

BRUM, Rosemary. 2014. Uma casa nas costas: análise do movimento social urbano em Porto Alegre 1975 -1982. Porto Alegre, Editora Animal.

CARVALHO, José Murilo. 2008. Cidadania no Brasil: O longo Caminho. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARRIÓN, Juan. Analisis de tablas de contingência. Madrid, Centro de Investigaciones Sociologicas, 1992.

CERVI, Emerson. Análise de dados categóricos em Ciência Política. Curitiba, E-book/UFRP, 2014. Disponível em: http://www.academia.edu/6089860/2014_An%C3%A1lise_de_Dados_Categ%C3%B3ricos_em_Ci%C3%A2ncia_Pol%C3%ADtica Acesso em: 05/06/2014.

DAHL, R. 1985. Um prefácio à democracia econômica. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

DAHL, R. 1997. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

FAUSTO, Boris. 2002. História Concisa do Brasil. São Paulo, Edusp.

FONSECA, Vítor M. 2008. No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916. Rio de Janeiro, Muiraquitã.

IBGE. 2012. As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil. Estudos e Pesquisa, Informação econômica, Rio de Janeiro.

JARDIM, M. L. T. 2002. Evolução da população do Rio Grande do Sul. Documentos FEE, Porto Alegre, v. 51, p. 57-87.

JEREZ, Ariel; REVILLA, Marisa. El Tercer Sector. Una revisión introductoria a un concepto polémico. JEREZ, Ariel. Coord. 1997. Trabajo voluntario o participación? Elementos para una sociologia del Tercer Sector. Madrid, Tecnos.

LAVALLE, A. G. 2006. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 67, p. 49–103.

LOCKS, Pompilio; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. 2013. Democracia e Economia Solidária: Limitações e Potencialidades. Revista Brasileira de Ciência Política (Impresso) , v. 10, p. 41-62.

LÜCHMANN, L. H. H. 2011. Associativismo e democracia no Brasil contemporâneo. Em Debate, Belo Horizonte, v.3, n.4.

LÜCHMANN, L. H. H. 2012. Associativismo e democracia: múltiplas práticas e configurações. Um estudo na cidade de Florianópolis. 8º Encontro da ABCP, Gramado.

PINTO, José Marcelino; BRANT, Liliane; SAMPAIO, Carlos Eduardo; PASCOS, Ana Roberta. Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil. Revista brasileira de Estudos pedagógicos, Brasília, v. 81, n. 199, 2000.

PUTNAM, R. D. 1996. Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

MACADAM, D.; MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. (eds.). 1999. Movimientos sociales: perspectivas comparadas. Madrid: Istmo.

REVILLA, Marisa. 2010. América Latina y los movimientos sociales: el presente de la 'rebelión del coro'. Nueva Sociedad, nº 227.

RIOUX, J. P. 2003. A associação em política. In: RÉMOND, René. Por uma história política. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALAMON, Leslie (org.). Las dimensiones del sector no lucrativo. La sociedad civil global. Bilbao: Fundación BBVA, 2001.

SCHERER-WARREN, I. 1998. Associativismo Civil e Interculturalidade na Sociedade Global. Revista de Educação Pública da UFMT, CUIABÁ, v. 1.

SCHERER-WARREN, I.; CHAVES, I. 2004. Associativismo Civil em Santa Catarina: Trajetórias e Tendências. Florianópolis: Editora Insular.

SEN, A. 2000. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo, Companhia das letras.

SILVA, Joselina. 2003. A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. Estud. afro-asiáticos, vol.25, nº 2.

SILVA, M. K. 2007. Mapa do associativismo em Porto Alegre. Porto Alegre. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/default.php?p_secao=6.

SILVA, Cleusa; MELLO, Cristina; LEAL, Laura. 2009. A vila do IAPI no contexto de urbanização e industrialização. Revista Historiador, nº 2, ano 2.

SKOCPOL, T. 2003. Diminished Democracy: from membership to management in American civic life. Norman, University of Oklahoma Press.

TARROW, S. 2011. Power in movement: social movements and contentious politics. 3ª ed. Cambridge: Cambridge University Press.

TILLY, C. 2006. Regimes and repertoires. Chicago, University of Chicago Press.

TILLY, C. 2007. Democracy. Cambridge, Cambridge University Press.

TILLY, C.; TARROW, S. 2007. Contentious politics. Boulder: Paradigm Publishers, 2007.

TOCQUEVILLE, A. 1998. A Democracia na América: Leis e Costumes. São Paulo, Martins Fontes.

TOCQUEVILLE, A. 2000. A Democracia na América: Sentimentos e Opiniões. São Paulo, Martins Fontes.

WARREN, M. 2001. Democracy and Association. Princeton, Princeton University Press.

WEBER, Beatriz. SCHERER, Bruno. Opções de intervenção social do espiritismo: o lar de Joaquina. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano V, n. 13, 2012.

ANEXO 1 - Classificação dos Objetivos das Instituições sem Fins Lucrativos (IBGE, 2012, p.164)

01 Habitação	Sociedades Cooperativas e Habitacionais
02 Saúde	Medicamentos, produtos e equipamentos médicos
	Serviços para pacientes em ambulatório
	Serviços hospitalares
	Serviços de saúde pública
	Estudos e pesquisas na área de saúde
	Outros serviços de saúde
03 Lazer, recreação e cultura	Serviços desportivos e recreativos
	Serviços culturais
04 Educação	Educação infantil e ensino básico
	Ensino secundário
	Ensino pós-secundário não superior
	Educação superior
	Ensino não definível por níveis
	Estudos e pesquisas na área de educação
	Outros serviços de educação/ensino
05 Proteção social	Serviços de proteção social
	Estudos e pesquisas na área de proteção social
06 Religião	06. Organizações Religiosas
07 Partidos, econômicas e profissionais	Serviços de partidos políticos
	Serviços de organizações laborais
	Serviços de organizações profissionais
08 Meio ambiente	Serviços de proteção ao meio ambiente
	Estudos e pesquisas na área de meio ambiente
09 Desenvolvimento de Direitos	Associações de Moradores
	Centros e Associações Comunitárias
	Desenvolvimento rural
	Emprego e Treinamento
	Defesa de direitos de grupos e minorias
10 Serviços não especificados	Serviços não especificados.
	Estudos e pesquisas em áreas não especificadas

01 Assistência Social	Serviços de proteção social
------------------------------	-----------------------------

	Estudos e pesquisas na área de proteção social
	Medicamentos, produtos e equipamentos médicos
	Serviços para pacientes em ambulatório
	Serviços hospitalares
	Serviços de saúde pública
	Estudos e pesquisas na área de saúde
	Outros serviços de saúde
02 Culturais	Serviços desportivos e recreativos
	Serviços culturais
03 Educação	Educação infantil e ensino básico
	Ensino secundário
	Ensino pós-secundário não superior
	Educação superior
	Ensino não definível por níveis
	Estudos e pesquisas na área de educação
	Outros serviços de educação/ensino
04 Religião	06. Organizações Religiosas
05 Partidos, económicas e profissionais	Serviços de partidos políticos
	Serviços de organizações laborais
	Serviços de organizações profissionais
05 Desenvolvimento de Direitos	Serviços de proteção ao meio ambiente
	Estudos e pesquisas na área de meio ambiente
	Associações de Moradores
	Centros e Associações Comunitárias
	Desenvolvimento rural
	Emprego e Treinamento
	Defesa de direitos de grupos e minorias
	Sociedades Cooperativas e Habitacionais